

CONJUNTURA

BB com olhar para o social

Na posse de Tarciana Medeiros à frente da instituição, Lula cobra que nova gestão esteja voltada, também, para apoiar as camadas de renda mais baixa da população. E quer atenção para o pequeno empreendedor e a agricultura familiar

» TAINÁ ANDRADE

Na posse de Tarciana Medeiros, primeira mulher à frente do Banco do Brasil em mais de 200 anos de existência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu a entender que a instituição pode ter um novo perfil de agora em diante, mais voltado para o social. No discurso que fez na cerimônia, ontem, ele cobrou um olhar mais social, tanto que falou em rentabilidade combinada com um olhar voltado ao pequeno e médio proprietário de terras, além dos empreendedores.

“Desejo um Banco do Brasil muito forte, com muita gente depositando dinheiro. Quero que a gente seja o campeão de crédito consignado. Quero mostrar para vocês uma coisa que diziam em 2003 e digo agora: o pobre neste país não é o problema. É a solução, na medida em que é incluído na economia. Vamos, outra vez, incluir o povo pobre na economia e queremos que o Banco do Brasil cumpra com a sua parte”, cobrou Lula.

Falando em direção a Tarciana, o presidente deixou claro que ela precisa cuidar do povo que mais necessita. “Eu sei que o Banco do Brasil é um grande financiador do agronegócio. Financia bilhões, bilhões e bilhões. Mas, também, no meu tempo, a gente financiava com grande orgulho os pequenos e médios proprietários por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Não sei nem como anda o Pronaf, mas acho que a gente precisa voltar a acreditar no pequeno e médio produtor rural, porque são aqueles que mais colocam alimento na mesa em que comem todos nós aqui”, ressaltou.

Para Lula, as empresas públicas têm uma função eminentemente social e seus dirigentes devem ter esta percepção. “Não basta ser público, é preciso que as pessoas que dirijam tenham a cabeça um pouco mais aberta, um pouco mais arejada, para

entender que determinadas coisas vão acontecer como novidade, porque nunca tinham acontecido”, explicou o presidente, salientando a razão pela qual escolheu uma mulher para dirigir uma instituição bicentenária.

“Fico estarecido de saber que você é a primeira mulher a chegar à presidência. Pensei que tinha machismo no Brasil, mas, no BB, quem escolhe a direção é mais do que machista. Alguns devem ser preconceituosos contra a mulher”, lamentou.

Promessas

Alinhada com aquilo que Lula propusera, Tarciana prometeu tornar a gestão do Banco do Brasil mais sustentável e diversa. A intenção da presidenta é atender às necessidades “mais específicas” e, por isso, assumiu a responsabilidade de “dar crédito” às pessoas.

“Dar crédito é acreditar nas pessoas, e nós acreditamos nos brasileiros”, disse se dirigindo a Gabriel Galvão, secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

No novo rol de serviços que o banco passará a ter, ganhará espaço a promoção de boas práticas agrícolas — sobretudo na produção familiar — e o incentivo ao empreendedorismo para aquecer a economia. “Atuamos na cadeia de valor do agronegócio, dos agricultores familiares e dos pequenos produtores aos grandes conglomerados agroindustriais. Vamos promover, ainda mais, as boas práticas agrícolas, com destaque apoio à agricultura familiar, aliando crescimento à sustentabilidade no campo. Outro ponto importante é o fomento ao empreendedorismo, estando ao lado do pequeno lojista, do comerciante, do prestador de serviços, orientando sua vida financeira e apoiando o desenvolvimento econômico”, garantiu Tarciana.

Também estiveram presentes à posse a primeira-dama, Janja Lula da Silva, e a ministra da Cultura, Margareth Menezes.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Ao colocar Tarciana no comando do BB, presidente disse que a inclusão da população pobre é uma das soluções para a recuperação econômica

Professores recebem aumento de 15%

O ministro da Educação, Camilo Santana, assinou, ontem, a portaria que estabelece o novo piso do magistério neste ano. O rendimento dos professores passa de R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420,55.

O reajuste está relacionado ao crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, conforme definido nacionalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Em 2023, o aumento foi de cerca de 15%, mesmo valor de atualização do piso dos professores. A atualização é aplicada automaticamente.

Em 2022, o índice de reajuste

foi de 33,24% e fez com que o Ministério da Educação (MEC) do governo de Jair Bolsonaro publicasse uma nota anunciando uma mudança na lei do piso, em função da aprovação do Novo Fundeb, que foi sancionado em dezembro de 2020. Mas, devido às pressões políticas, o presidente voltou atrás e terminou por manter o reajuste, conforme previsto.

“A valorização dos nossos profissionais da educação é fator determinante para o crescimento do nosso país”, escreveu Camilo nas redes sociais. Segundo o MEC, a portaria do novo piso será publicada nas próximas horas no *Diário Oficial da União (DOU)*.

R\$ 4.420,55

É o valor do novo piso nacional do magistério

um levantamento, com base nos dados do IBGE, no qual apontava que os professores da rede pública estavam entre as categorias profissionais mais mal pagas. Segundo esse relatório, os docentes ganhavam, em 2020, apenas 78% da média recebida por outros trabalhadores com ensino superior.

Apesar dos aumentos concedidos nos últimos anos, especialistas veem que tais avanços continuam insuficientes para colocar o magistério em um lugar de destaque. Isso porque essa melhoria no vencimento básico nem sempre é estendida para aqueles professores que recebem acima do piso.

NEGÓCIOS

Bancos não se animam a salvar a Americanas

A recusa dos bancos credores em se transformarem em acionistas da Americanas estreitou as negociações para a rolagem da dívida da companhia com as instituições financeiras. A percepção dos negociadores foi a de que a empresa tenta “dividir a conta”.

Uma das propostas colocadas à mesa era a de que os sócios injectassem R\$ 6 bilhões na companhia e que os bancos credores entrassem com outros R\$ 6 bilhões — a dívida da Americanas está estimada em R\$ 40 bilhões. As ações da empresa fecharam, ontem, com baixa de 38,41%, a R\$ 1,94. Só neste mês, os papéis da rede de varejo tiveram desvalorização de quase 80%.

A injeção do montante daria aos bancos uma fatia acionária da companhia, numa conversão proporcional às dívidas com cada instituição. Em termos nominais, os mais expostos são Bradesco, Santander, Itaú, Safra e BTG, que, na semana passada, tentou congelar um depósito de R\$ 1,2 bilhão da Americanas.

Os bancos querem que os acionistas de referência — Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira — desembolsem algo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. Menos que isso, “nem pensar”,

Mauro Pimentel/AFP



No entendimento das instituições credoras, a rede de varejo tentou dividir o prejuízo ao torná-las sócias

disse um banqueiro ouvido sob a condição de anonimato.

Uma das mostras de que as conversas entre bancos e a varejista subiu de tom desde a última sexta-feira foi a petição do BTG, na qual o banco de André Esteves argumenta que a Americanas é uma “empresa que tem fraude contábil em seu modelo de negócio” e assim, “não há função social subjacente que se possa preservar”.

Cautelar

No mesmo dia, a rede obteve no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) uma medida cautelar para evitar

a execução de dívidas por 30 dias, inclusive o movimento do BTG. Parte dos envolvidos nas negociações soube da liminar da companhia pela imprensa, isso em meio a uma reunião tensa que acontecia entre os banqueiros e Sergio Rial, ex-presidente da empresa que agora atua como assessor dos acionistas, e terminou sem acordo.

O BTG, porém, voltou a se movimentar e fez mais uma petição à 4ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro — e levou o caso para a arbitragem em São Paulo. No novo pedido, os advogados do banco argumentam

que o juiz do Rio bloqueou o pagamento de dívidas “induzido a erro pela narrativa simplória da Americanas”. Além disso, novamente usa o termo “fraude” para definir os problemas no balanço da companhia.

A avaliação de operadores do mercado é de que a empresa precisa sentar-se à mesa nas tratativas. Rial não tem mandato para tomar decisões pelos acionistas, e a visão dos bancos é a de que as negociações precisam se dar de forma mais direta. Por isso, há uma pressão para que alguém com esse poder de tomar decisões assumia as conversas.

CPI para apurar rombo

» KELLY HEKALLY
Especial para o Correio

O líder do PP na Câmara dos Deputados, André Fufuca (MA), trabalha para conseguir chegar a 171 assinaturas de seus colegas, para investigar o caso da Americanas, que na primeira quinzena deste mês anunciou uma dívida de cerca de R\$ 20 bilhões.

O documento, no entanto, se atingir o total necessário de assinaturas para ser protocolado, só pode ser apresentado a partir do dia 2 do próximo mês, a fim de que fique protegido regimentalmente para tramitar na Casa. Se for vinculado ao sistema antes da próxima legislatura, que se inicia em 1º de fevereiro, a CPI perde efeito.

Na solicitação, o parlamentar pede que a comissão, caso criada, seja composta por 27 membros titulares e igual número de suplentes, “para investigar, no prazo de até 120 dias, as inconsistências da ordem de R\$ 20 bilhões detectadas em lançamentos contábeis da empresa Americanas S.A., realizados no exercício de 2022 e em exercícios anteriores”.

Fufuca aponta que o anúncio da dívida bilionária ensejou os “pedidos de demissão dos recém-empossados presidente Sérgio Rial e diretor de Relações com Investidores, André Covre, que estavam há apenas nove dias nos cargos”. Faz, ainda, na justificativa de criação da CPI, ponderações acerca de danos aos acionistas de uma das maiores e mais tradicionais redes de varejo do país.

“O episódio com a Americanas, assim, afeta a credibilidade de todo o mercado de ações no Brasil e é do interesse público assegurar que os investidores possam ter absoluta certeza de que a economia popular não será nunca prejudicada por qualquer tipo de fraude, erros ou acobertamentos de rombos em balanços, sem que o poder público investigue e exponha tudo o que acontece em casos desse tipo”, salienta o deputado.

Ação civil

Em paralelo, o Instituto Brasileiro de Cidadania (Ibraci), com sede no Rio, abriu uma ação civil pública exigindo que a Americanas pague compensação por danos morais e materiais individuais a acionistas, investidores e consumidores.

A medida foi aberta na última sexta-feira, mesmo dia em que a Americanas conseguiu na Justiça a blindagem contra credores, por meio da suspensão das cobranças de dívidas, antecipando efeitos de uma recuperação judicial. Os danos, de acordo com o pleito, seriam apurados em liquidação de sentença.

O Ibraci requer — no caso de o pedido de compensações individuais ser negado, com a Justiça reconhecendo exclusivamente o dano moral coletivo — que a indenização seja voltada ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. O processo foi protocolado na 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. (Com Agência Estado)